

VARGAS: NOVA DIRETRIZ POLÍTICA PARA O RIO GRANDE?

Luciano A. de Abreu¹

Temos por objetivo neste trabalho fazer uma análise do governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, no período compreendido entre os anos de 1928 e 1930, tendo como referencial as posturas apresentadas por Republicanos e Libertadores, respectivamente nos jornais "A Federação" e "Correio do Sul", de Bagé.

Será feita, nesse sentido, uma contraposição entre o discurso governista e oposicionista, representativos da época em que se desenrolaram os fatos por nós estudados, quando tem início o processo de construção do que chamamos de "mito Vargas". Por outro lado, aproveitando-nos de nossa posição de espectadores e intérpretes privilegiados da história passada, faremos uma reinterpretação dos fatos e argumentos apresentados por Republicanos e Libertadores, salientando os aspectos convergentes e divergentes destes dois grupos.

1 – ANTECEDENTES E INTENÇÕES DO GOVERNO VARGAS

Após a revolução Libertadora, em 1923, a perda de prestígio político por parte da geração de Republicanos históricos, no Rio Grande do Sul, torna-se evidente. Com o Pacto de Pedras Altas, Borges de

¹ Professor, Mestre.

Medeiros foi obrigado a ceder em alguns pontos importantes da Constituição castilhistas, vigente no Estado, como por exemplo:

- a) o vice-Presidente do Estado passaria a ser escolhido pelo voto, e não mais por indicação do Presidente;
- b) garantia de representação parlamentar à minoria;
- c) fim da reeleição para os cargos de Presidente do Estado e Intendentes Municipais.

Sendo assim, o "velho" Borges teria o direito apenas de concluir o mandato que então exercia, ficando impedido de lançar-se candidato novamente em 1928. Tornava-se necessário, dessa forma, encontrar um outro nome capaz de manter a hegemonia política do PRR sobre o Rio Grande e de manter a própria unidade política entre os Republicanos.

Nesse contexto, os jovens integrantes da "geração de 1907" começam a consolidar seu espaço político no seio do PRR, tendo uma atuação cada vez mais marcante e decisiva para a manutenção do "status quo" Republicano. A partir de então se tornará comum ouvirmos falar em nomes como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, Flores da Cunha e outros.

Por um lado, estes jovens Republicanos representam a oportunidade de continuidade administrativa no governo gaúcho; por outro lado, contudo, a geração de 1907 representa uma esperança de ruptura com a tradicional forma de se fazer política no Estado, face ao seu discurso de conciliação, pacificação e melhorias em nossa economia.

Getúlio Vargas, por sua importante atuação política em nível federal, seja como Deputado ou Ministro, por sua influência e respeitabilidade política entre seus próceres e pelo relacionamento mais amistoso que mantinha com a oposição, termina por ser indicado para a sucessão presidencial de Borges de Medeiros, tornando-se o porta-voz de sua geração política.

O governo de Vargas no Rio Grande do Sul, assim, iniciou-se sob expectativas de profundas mudanças na política e na economia do Estado. A principal preocupação de Vargas, expressada antes de sua eleição ao governo gaúcho, foi estimular no Estado relações políticas de conciliação, pondo fim às tradicionais divergências entre Republicanos e Libertadores. Se por um lado havia fortes esperanças no governo que se iniciava, por outro havia forte desconfiança nele, por parte de setores da oposição. Fanfa Ribas, Redator do jornal "Correio do Sul", a esse respeito, assim se pronunciou:

"Nada de confraternização ou de aproximação com o inimigo!
Cada macaco no seu galho, cada abelha no seu cortiço.
É muito perigoso zumbir em torno da colméia estranha...".
(*Correio do Sul*, 24/12/1927:1)

O temor dos libertadores em apoiar o governo Vargas certamente não era em vão, afinal a estrutura política do Estado continuava baseada na Constituição castilhistas, e não seria de uma hora para outra que os Republicanos mudariam radicalmente sua postura política e seu relacionamento com os Libertadores, inimigos de tantas lutas e batalhas. Antônio Brochado da Rocha, em pronunciamento no jornal republicano, crítica duramente os libertadores, confirmando a desconfiança destes em relação ao novo governo. Diz ele:

"Eloqüente, senão decisiva, vitória sobre a falência incontestável dos Libertadores riograndenses: triunfo esplêndido da lei sobre a força; da ordem sobre a desordem; dos princípios sobre as ambições; dos partidos organizados, na colimação de fins grandiosos para a coletividade, sobre catilinas traidores, capazes de tramas, à socapa, a desventura da pátria, na satisfação egoística dos seus apetites pessoais". (*A Federação*, 02/12/1927:1)

Não podemos saber até que ponto o artigo de Rocha afeta a imagem pessoal de Vargas, mas ele implanta, certamente, a suspeita de que Vargas não conseguiria se impor à estrutura viciada e autoritária do partido e aos companheiros, habituados à antiga forma de se fazer política no Estado.

O objetivo do novo governo gaúcho, como dissemos, era implantar no Estado uma nova visão política, de conciliação e de respeito, ao contrário da tradicional política adotada pelo PRR.

Em termos econômicos, a postura adotada pelo governo Vargas também difere daquela adotada por Borges de Medeiros, ao longo de seus 25 anos de governo. Se Borges acreditava que o Estado não deveria intervir diretamente na economia, Getúlio age de forma exatamente oposta, o que se evidencia na nova forma de relacionamento adotada pelo governo em relação às classes produtoras. O incentivo do Estado à criação de sindicatos e de associações é um exemplo claro da participação e da intervenção do Estado na economia, o que também ocorre quando da criação de um banco de crédito a essas mesmas classes produtoras. A nova postura política já fica expressa em um discurso de João Neves, antes mesmo das eleições, que fora publicado em *A Fede-*

ração de 08/11/1927, quando Vargas é apresentado como "o obreiro da paz e da concórdia, separados os partidos apenas pela fronteira de idéias e não pelas caudais inescusáveis de sangue". (*A Federação*, 08/11/1927:1)

Como vimos, se fosse coerente consigo mesmo, Vargas eliminaria as fronteiras que separavam governo e oposição. Ao mesmo tempo em que João Neves apresentava Getúlio como um continuador de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, ele se propunha a uma prática política diversa daquela adotada por aqueles chefes políticos: um relacionamento cordial com os inimigos do Castilhismo.

Os assististas, a seu turno, também viam na eleição de Vargas o fim de uma era na política gaúcha – a era Borges. Não percebiam, contudo, mudanças substanciais na estrutura política do Rio Grande que, para eles, continuava a ser ditatorial. Economicamente, as mudanças começavam a evidenciar-se. Em referência ao novo governo, diz Fanfa Ribas:

"Saiba, porém, o novo ditador, governar o estado com mais clemência e maior descortino do que fez o seu antecessor, evitando o derramamento de sangue dos seus patrícios, o esbanjamento dos dinheiros públicos, a proliferação do parasitismo e o império da jogatina, que caracterizaram o governo extinto, e fará jus ao nosso reconhecimento, sem que o faça à nossa solidariedade, nem ao nosso apoio, nem aos nossos aplausos mais ou menos calorosos, porque S. Exa. será sempre um ditador, a não ser que se opere em seu espírito o fenômeno de uma conversão inesperada e que S. Exa. resolva reformar a Constituição, despindo-se de poderes que dentro de qualquer democracia liberalmente constituída lhe seriam defesos.

É, pois, natural o júbilo reinante na alma do povo com a terminação do domínio do ditador número um e a ascensão do ditador número dois". (*Correio do Sul*, 25/01/1928:1)

A desconfiança dos oposicionistas para com Vargas era tamanha, como se percebe, que eles chamam o novo Presidente do Estado de "ditador número dois". Ou seja, Vargas não é visto como a antítese de Borges, e sim como seu continuador. Além disso, os assististas não admitem, em momento algum, apoiar Getúlio Vargas, apenas reconhecer os atos louváveis de seu governo. Por esses fatos, fica demonstrada toda a desconfiança e o ceticismo com que eles encaravam o governo de Getúlio Vargas.

Discursando em um banquete no Rio de Janeiro, Getúlio Vargas assim se manifesta a respeito de seus planos de governo:

Uma vez que não posso recusar ao meu Estado os serviços que de mim exige, dir-lhe-ei quais são meus propósitos de governo, na crença de que se fizer boa administração, terei feito boa política. Amparar a produção, a indústria, organizar o trabalho, desenvolver a circulação de riqueza, disseminar a instrução, alargar o campo da cultura, cuidar do saneamento rural e urbano, prestigiar a lei, respeitar todos os direitos, ser exigente comigo mesmo no cumprimento dos deveres, fazer uma política de tolerância, de benignidade e de justiça, e trabalhar, tais são os propósitos que me levam ao governo do Rio Grande do Sul". (*A Federação*, 10/12/1927:1)

Mais uma vez fica claramente expressa a intenção de Vargas de fazer um governo tolerante e conciliador. Pelo discurso, também se percebe a distinção feita por Getúlio entre a administração do Estado e o ato de fazer política. A condução política do governo, segundo o próprio Vargas, ficaria a cargo de Borges de Medeiros, que permaneceria como chefe do PRR. Ao Presidente do Estado caberia, então, administrá-lo de forma imparcial, sem se deixar influenciar por diferenças político-partidárias. Isso fica expresso no trecho do discurso em que Vargas, afirma: "se fizer boa administração, terei feito boa política".

Os opositoristas, contudo, não se deixam convencer pelos discursos e pelos propósitos de governo de Getúlio. Lembrando os antecedentes da Revolução de 1923, quando Vargas fez parte da comissão eleitoral que fraudou os votos a favor de Borges de Medeiros, os Libertadores procuram mostrar que a intenção de separar administração e política não se concretizaria, tendo em vista o passado político do próprio Presidente do Estado. Os opositoristas procuram mostrar que, afinal de contas, Getúlio participou pessoalmente da espoliação e da perseguição por eles sofrida. Como acreditar, então, que seu governo seria conciliatório?

Embora sem adversário na disputa eleitoral, Vargas baseou sua campanha no discurso conciliatório e vai tentar governar no mesmo sentido. Em 25/01/1928 ocorre, então, a posse no governo do Estado de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura.

2 – VISÕES DIFERENTES DE UM MESMO GOVERNO

O ato de posse de Getúlio Vargas foi muito concorrido, com a vinda a Porto Alegre de delegações de diversos Estados e do Presidente da República do Uruguai, o que demonstra a grande expectativa que as pessoas tinham acerca da saída de Borges de Medeiros do governo e da ascensão de Vargas, um jovem político com promessas de mudar a política gaúcha.

Vários banquetes foram oferecidos para homenagear os novos Presidente e Vice-Presidente do Estado. Também recebeu diversas homenagens o Dr. Borges de Medeiros que, naquela data, deixava o governo do Estado. O Secretariado do Dr. Getúlio Vargas ficou assim constituído: Secretaria do Interior – Oswaldo Aranha; Secretaria da Fazenda – Firmino Paim Filho; Secretaria de Obras Públicas – João Fernandes Moreira; Chefe de Polícia da Capital – Florêncio de Abreu.

As duas principais secretarias do governo Vargas, ou seja, a da Fazenda e a do Interior, foram ocupadas por políticos oriundos da geração de 1907. Isso vem a demonstrar uma mudança de orientação na condução político-administrativa do governo.

O próprio jornal *A Federação*, através de editorial publicado no dia 02/02/1928, admite, pela primeira vez, a existência de divergências entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros. Vejamos o que diz tal editorial:

"Por mais identificado que esteja com as idéias do Sr. Borges de Medeiros, o Sr. Getúlio Vargas encerrou com a sua ascensão ao governo uma fase da vida política dos pampas. Sente-se a diferença de temperamento, entre os dois próceres. Enquanto o Sr. Borges de Medeiros é um produto absolutamente integrado no ambiente de que nunca se afastou, o Sr. Getúlio Vargas experimentou o atrito de outros meios, que nele influíram, modificando-lhe de certo o espírito e as tendências". (*A Federação*, 02/02/1928:1)

Durante todo o período do lançamento da candidatura de Vargas à Presidência do Estado, em vários editoriais, o jornal oficial do PRR buscou demonstrar os elementos de identidade entre o candidato do partido e as tradições deste. Após sua eleição, contudo, *A Federação* admitiu a existência de divergências entre Getúlio e o chefe do Partido, ou seja, entre o Presidente eleito do Estado e a tradicional forma de fazer política dos Republicanos gaúchos.

Se, nesse editorial acima transcrito, o Partido Republicano admite a existência de divergências políticas entre Getúlio e Borges, em todos os demais, como já se afirmou, procuram-se exaltar as qualidades do novo Presidente do Estado.

A *Federação* passa a fazer comentários diários sobre cada ato do novo governo e a elogiar cada um dos pontos propostos pelo programa governamental de Vargas. Referindo-se à proposta de pacificação do Estado, o jornal Republicano afirma que esta é "conseqüência do respeito que entre si tributaram os chefes dos partidos", fazendo menção aos principais nomes do novo governo: Oswaldo Aranha, na fronteira, Firmino Paim, na serra e Fernandes Moreira, no litoral (*A Federação*, 07/03/1928:1). Mais adiante, no mesmo editorial, o órgão do PRR afirma que castilhistas e federalistas mantêm-se fiéis às suas propostas políticas e permanecem unidos apenas pelo "desejo de servir ao Rio Grande e à República, dentro da ordem e da paz". (*ibid*: 1) Os federalistas, na verdade, mantinham-se em posição cautelosa. Por um lado, reconheciam as melhorias administrativas introduzidas por Vargas, em oposição ao período de Borges de Medeiros. Por outro lado, aconselhavam seus correligionários a se resguardarem, a não fazerem elogios prematuros. Getúlio Vargas era, para seus adversários, um enigma. Camilo Teixeira Mércio, escrevendo no jornal federalista, assim se manifesta:

"Assim, são justas as alegrias do povo, quanto à parte administrativa do governo Getúlio Vargas, sucessor do governo-descaso, do governo-inativo, que fez involuir o Rio Grande e cuja defesa, obrigada pelas injunções políticas, tanto tem atacado os nervos dos seus forçados advogados.

Mas, quanto à parte política, o novo governo ainda é um enigma para o povo riograndense.

Aguardemos...". (*Correio do Sul*, 17/06/1928:1)

Podemos afirmar que o governo de Getúlio Vargas introduziu importantes modificações na vida política do Rio Grande do Sul. O ato do governo que mais repercutiu na imprensa, tanto na republicana como na federalista, foi a eleição e o reconhecimento de opositoristas às intendências e à Assembléia dos Representantes. Nas eleições intencionais de 1928, houve dois únicos casos graves de discussões em torno dos resultados eleitorais – Bagé e Dom Pedrito. Nos demais municípios, o processo eleitoral transcorreu sem incidentes graves, tendo sido reconhecida sem problemas a vitória oposicionista no município de São Sepé.

Ao adotar tais medidas, Getúlio foi consolidando os apoios que haviam sido oferecidos ao seu governo, e conquistando novas adesões, entre grupos oposicionistas. Esse foi um período importante no processo de construção do mito Vargas, quando começou a consolidar-se a imagem de Getúlio como um político apaziguador e conciliador.

Se tais atos de Getúlio mereceram elogios e reconhecimento de alguns setores políticos do Estado, de outros receberam crítica. Por exemplo, no tocante aos casos de Bagé e de Dom Pedrito, acima referidos, diz João C. de Freitas que, momentaneamente, tais episódios não afetam a imagem pessoal de Vargas. Contudo, "O que queremos sublinhar é que o Sr. Getúlio Vargas há de lutar com grande dificuldade para impor a lei e a moral ao seu partido, avezado na trampolina borgista de 25 anos de atentados ao direito político, à liberdade e à vida dos cidadãos". (*Correio do Sul*, 17/08/1928:1)

Como se observa, a oposição estava dando um crédito de confiança à pessoa de Getúlio Vargas. Os atos surgidos eram relacionados às tradicionais práticas políticas do Estado, adotadas durante os 25 anos de governo de Borges de Medeiros. O jornal oposicionista ressalta a dificuldade que Vargas terá de enfrentar para "impor a lei e a moral ao seu partido", pois seus próceres estavam acostumados a reprimir e a perseguir a oposição.

Percebemos que a situação política no Estado não era de total conciliação, pois os próprios membros do partido Republicano não estavam de comum acordo a respeito das novas práticas políticas que Vargas desejava introduzir no Estado. A prova disso é que eles continuavam a esbulhar e a perseguir a oposição, de um lado, enquanto o discurso do governo, de outro, era conciliatório.

Em geral, o período governamental de Vargas no Rio Grande do Sul é apresentado como se houvessem sido suprimidas as disputas partidárias, as fraudes eleitorais, as cassações políticas e outras atrocidades, o que, como vimos, não ocorreu. Mem de Sá confirma nosso raciocínio ao apresentar um outro viés do governo Vargas. Ele ressalta as qualidades do período governamental, mas esclarece que as antigas práticas permanecem, existindo "esporadicamente um assassinato, uma violência qualquer numa urna eleitoral, mas nunca uma coisa habitual, como até então". (Rocha, 1986:50-51) Pelo depoimento, o governo Vargas, até então visto a partir das mudanças e melhorias introduzidas, passa a ser percebido sob um outro ângulo: o da permanência, o que

contribui para a construção do que chamamos de mito Vargas. É importante ressaltar que as práticas coronelísticas, as violências e as fraudes eleitorais não foram totalmente suprimidas durante o governo de Getúlio, o que vai de encontro à tradicional imagem que se construiu do político Vargas. Em depoimento prestado ao jornalista Rubens Vidal Araújo, Vargas procura enfatizar os aspectos positivos de seu governo, a política de conciliação e o apaziguamento entre federalistas e republicanos. No mesmo depoimento, contudo, Getúlio admite a existência de pressão por parte dos correligionários, no sentido de fraudarem-se as vitórias eleitorais opositoras. A esse respeito, Vargas afirmou que "Costumava responder-lhes que nada podia fazer, pois se haviam perdido as eleições, apesar do apoio do governo estadual, dos recursos do município e da 'interferência' dos delegados de polícia, era porque de fato o povo não estava com eles." (Araújo, 1984:14)

Getúlio Vargas reconhece, pelo depoimento, que o governo do Estado, as intendências e a chefia de polícia tinham participação ativa no processo eleitoral durante seu governo, como em períodos anteriores. Se, apesar de tudo, a oposição conseguisse vencer as eleições, aí sim ocorreria o reconhecimento, por parte do governo do Estado, da vitória. Ou seja, ao menos no que diz respeito às práticas eleitorais, as atitudes de Getúlio não diferiam muito daquelas adotadas por Borges de Medeiros. Vargas governa, como podemos perceber, cercado por políticos ligados à era Borges, o que faz com que seu governo não seja uma ruptura completa com as práticas políticas do período anterior, contradizendo a imagem que se criou em torno de sua pessoa e de seu governo.

3 – O BANRISUL

No que tange à questão econômica, o governo Vargas adotou, também, medidas de grande vulto e repercussão. Podemos citar, como principais atos, os seguintes: criação do Banrisul, incentivo à formação de sindicatos, combate ao contrabando de gado, renovação do contrato de arrendamento da viação férrea do Estado.

Vargas contou com o apoio e a simpatia do governo federal, na pessoa do Sr. Washington Luís, para a realização de seus projetos políticos e para a condução administrativa de seu governo. Devido a esse apoio, foi possível ao governo gaúcho angariar verbas para a realização

de melhoramentos no porto de Pelotas e para construir o porto de Torres, que há muito já fazia parte dos planos do governo estadual. A renovação do arrendamento da estrada de ferro do Estado também foi facilitada pelo apoio do governo federal ao Presidente Getúlio Vargas.

Um dos graves problemas econômicos enfrentado pelo Estado do Rio Grande do Sul e pelos agricultores e pecuaristas foi o da concessão de crédito. O Rio Grande, no início do século, possuía instituições bancárias fortes e tradicionais, como o Banco da Província e o Banco Pelotense. Como esses bancos não forneciam crédito aos produtores rurais, isso se tornou uma necessidade premente, a fim de que os produtores pudessem manter a produção em períodos de crise e, até, aumentá-la em períodos normais. Para solucionar o problema do crédito agrícola, o governo Vargas propõe a criação de um Banco Estadual – o BANRISUL. Três são as hipóteses apresentadas pelo governo para a criação do banco:

a) os bancos então existentes no Estado forneceriam uma quota de capital, enquanto o governo forneceria a outra quota, representada por apólices da dívida pública;

b) o governo do Estado solicitaria empréstimo externo;

c) o banco seria criado sem capital inicial e próprio.

Por fim, o governo acabou optando pela segunda alternativa, a fim de dar origem ao Banco do Rio Grande do Sul. Algumas ações do novo banco foram postas à venda para particulares. No dia 02/07/1928, *A Federação* noticiava a criação do banco, afirmando que somente por tal ato o Presidente Getúlio Vargas já era merecedor da "benemerência" do povo gaúcho. Além disso, a nova instituição já era apresentada como "de inapreciável relevo e significação no desenvolvimento crescente da riqueza e do progresso do Rio Grande do Sul". (*A Federação*, 02/07/1928:1)

Apenas seis meses após tomar posse no governo do Estado, Vargas conseguia realizar um antigo sonho dos produtores rurais. Como se pode observar, o jornal oficial do PRR exalta tal realização, considerando que Vargas já é digno da "benemerência" do povo gaúcho. São publicados outros editoriais em referência à criação do Banrisul, exaltando a importância do banco para a economia gaúcha e o caráter empreendedor do Presidente Vargas.

A criação de um banco de crédito agrícola, por parte do governo Vargas, pode ser vista como importante fator no processo de construção

de seu mito. A economia gaúcha, naquele momento, ainda era muito dependente do setor primário. Como a agricultura estivesse enfrentando dificuldades financeiras e como os federalistas fossem, em sua maioria, ligados ao setor agropecuário, a criação de um banco de incentivo à agricultura foi fator decisivo para o apoio oposicionista ao governo Vargas.

Segundo Maria Antonieta Antonacci, o não atendimento, por parte do governo, às reivindicações dos produtores rurais, atingidos por séria crise econômica, em 1921, levou os grupos oposicionistas à arregimentação, o que provocou a revolução de 1923. (Antonacci, 1981: 10-11) Em sentido oposto, podemos concluir que a criação do Bannisul, ou seja, a realização de um antigo sonho dos produtores rurais, em 1928, acarretou seu apoio ao governo, contribuindo para o processo de construção do mito Vargas. Sandra Pesavento, de igual forma, conclui que tal modo de atuação de Vargas, no que tange à questão econômica, "está relacionado com um projeto maior, ou seja, aquele que, através da satisfação das necessidades econômicas dos pecuaristas, buscava realizar a união política da classe rural do Estado". (Pesavento, 1980:33)

4 – OS SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES

Como já foi mencionado, um outro importante ato do governo de Getúlio Vargas foi o incentivo à formação de sindicatos e de associações. Em discurso pronunciado na abertura do II Congresso de Criadores, Vargas assim se referiu às associações de classes e às cooperativas, exaltando-as:

"A associação de classes, a cooperação de atividades convergentes tem uma vantagem: para os associados a união torna-os mais fortes e eficientes; para os governos o trato direto com os dirigentes da classe facilita, pelo entendimento com poucos, a satisfação do interesse de muitos". (*A Federação*, 26/04/1928:1)

São criados, então, diversos sindicatos no Rio Grande do Sul, como o dos charqueadores e o da banha. Esses sindicatos não são totalmente independentes: há um controle sobre eles, exercido pelo governo do Estado, o que já denota uma tendência à centralização política e administrativa por parte de Vargas. O incentivo à sindicalização, caracterís-

tica do governo de Vargas no Rio Grande, também será uma de suas marcas na Presidência da República.

Tal como sempre faz em relação aos atos do Presidente do Estado, o jornal *A Federação* tece enormes elogios ao discurso de Vargas e à sua política de incentivo à sindicalização. Getúlio Vargas é apresentado, como dissemos, como um político realizador, empreendedor, que implantou um modelo conciliador de administração no Estado. A partir de semelhantes elogios, freqüentes nas páginas de *A Federação*, que valorizam sobremaneira os atos de Vargas, a construção do seu mito vai-se configurando.

Se o jornal republicano, por um lado, busca exaltar as realizações governamentais de Vargas, apresentando-o como um estadista a quem o povo gaúcho reconhece, os federalistas, ao contrário, traçam um comentário irônico a respeito do Presidente do Estado. Segundo a opinião desses, Vargas é querido e reconhecido pelas pessoas por tratá-las com urbanidade e simpatia, sempre a sorrir. Eles não fazem referência aos atos políticos ou administrativos do governo. Diz Fanfa Ribas:

"É que o Sr. Getúlio Vargas, com os seus primores de educação, a sua fidalguia de maneiras e a sua impecável dialética de príncipe feliz da República, a todos trata com urbanidade e com afeto, distribuindo sorrisos à multidão, aos amigos, aos freqüentadores do palácio, aos soldados que lhe fazem guarda, às mucamas que lhe cevam a erva do chimarrão, aos pagens de libré que lhe vão levar às mãos os jornais, a todo mundo, enfim.

Esse 'todo mundo' tem admiração pelo sorriso de S. Exa. como 'todo mundo' nos domínios da arte, admira o sorriso de Gioconda, que o pincel de Da Vince divinizou" (*Correio do Sul*, 09/09/1928:1)

Ariosto Pinto, prócer Republicano, também irá insistir em construir a imagem de Vargas como um político realizador, o que irá contribuir para a construção de seu mito. Os federalistas, em sentido oposto, apontam as semelhanças entre o governo de Vargas e o de Borges de Medeiros, já que o então Presidente do Estado não conseguira desvencilhar-se por complemento da influência dos políticos borgistas do PRR. Nesse sentido, os federalistas buscam desconstruir a imagem idealizada de Vargas que vinha sendo veiculada pelo jornal republicano. Fanfa Ribas, no jornal federalista, é bastante enfático em suas críticas a Vargas. Diz ele:

"O que é lamentável, sem dúvida, é que o Sr. Getúlio Vargas tenha acendido uma vela a Deus e outra ao diabo, prometendo satisfazer simultaneamente a mouros e cristãos, sem que tenha sido tocado pela varinha mágica de uma fada qualquer que lhe desse o dom de fazer milagres.

O Sr. Getúlio é, de fato, um bom cidadão e uma bela alma. Mas a oposição é incoerente, esperando de S. Exa. aquilo que ele não lhe pode dar.

Dissociou-se, porventura, o regime ditatorial, causa direta dos males que nos afligem?

Não. O que fez foi trocar homem por homem, político por político, ditador por ditador". (*Correio do Sul*, 16/09/1928:1)

Vargas também falou, durante o II Congresso de Criadores, de um outro importante problema que afetava a economia rio-grandense – o contrabando de gado e de charque. A solução apresentada por Vargas para este problema crônico dos pecuaristas gaúchos seria a desnacionalização do produto, ou seja, todo o charque que não transitasse somente pelo território nacional deveria ser considerado, por lei, como estrangeiro.

O próprio Vargas apresenta-se, neste momento, como um homem de ação. Segundo ele, o problema do contrabando ainda não havia sido solucionado, porque os produtores haviam-se acostumado a palavras e a propósitos, sem que houvesse uma ação efetiva. Portanto, em oposição à prática tradicional, ele, Vargas, apresentava uma solução prática – a desnacionalização do charque. O próprio Vargas, então, contribuía para a construção de sua imagem de realizador, de empreendedor.

Tais propostas de Vargas podem ser vistas, em nossa opinião, tal como a criação do Banrisul, como uma tentativa de resolver o problema econômico das classes produtoras e, assim, delas obter o apoio político.

Os federalistas, contudo, mantinham-se cautelosos no tocante à solução do problema. Reconheciam, por um lado, a urgência de alguma coisa ser feita para combater o contrabando de gado. Por outro lado, pareciam desconfiados e preocupados no tocante às intenções do governo. Camilo Teixeira Mércio, representante oposicionista, desconfia de que as intenções de Vargas possam tornar-se em práticas políticas efetivas. Ele acredita que tudo não passam de discurso, o que se contrapõe à imagem construída por *A Federação*, de Vargas como um político realizador e empreendedor.

5 – O CONGRESSO DAS MUNICIPALIDADES

O Congresso das Municipalidades é outra tentativa de ação prática adotada pelo governo Vargas. No caso, porém, ao invés de resolver o problema do contrabando, buscava conciliar de forma mais efetiva os partidários do governo e da oposição.

Embora o governo procurasse transmitir à sociedade uma aparência de tranquilidade, como se não tivesse ocorrido incidente algum durante as eleições intencionais de 1928, sabe-se que a situação não era exatamente esta.

Mesmo no jornal *A Federação*, que buscava passar uma imagem de conciliação política no governo Vargas, encontramos algumas notícias de conflitos entre Republicanos e Federalistas. Percebe-se claramente, portanto, que o "modus vivendi" entre governo e oposição permanecia tenso, com acusações de parte a parte. O próprio Congresso das Municipalidades fora idealizado com o objetivo de "unir os rebanhos", na expressão de Oswaldo Aranha.

Os oposicionistas, por seu turno, reconhecem que o clima político no Estado está tenso. Atribuem isso à ação dos republicanos, que continuam a perseguir e a esbulhar os federalistas. Dessa forma, eles dividem os próceres republicanos em dois grupos: os intolerantes e os que cerram fileiras em torno de Getúlio Vargas, que seriam mais moderados. Ao estabelecer essa divisão, no seio do partido Republicano, os federalistas estão considerando dois aspectos:

a) que Vargas tende a diferenciar-se dos tradicionais políticos do PRR, que não admitiam espaço algum à oposição;

b) que Vargas não consegue conciliar as facções existentes dentro de seu próprio partido. Assim, como conseguirá conciliar, em um plano mais amplo, governistas e oposicionistas?

A partir dessas considerações, os federalistas, de forma sutil, contrapõem-se à idéia de que o governo Vargas seja conciliador e dê amplas liberdades à oposição, na tentativa de desmistificar a imagem de Vargas perante a sociedade. Vejamos o que diz, então, Adolfo Peña:

"O Sr. Getúlio ainda não conseguiu tonificar e sanear a mentalidade intolerante de todos os seus companheiros de partido, encontrando resistências em muitos que conservam e praticam os obsoletos métodos que caracterizam a política borgista e cujos reflexos ainda se fazem sentir em manifestações caudilhescas que entorpecem o

desdobramento de todas as atividades sadias e os propósitos construtores do governo atual. (*Correio do Sul*, 26/08/1928:1)

O Congresso das Municipalidades foi um grande evento político que se realizou no Rio Grande do Sul. Intendentes de quase todos os municípios gaúchos, governistas ou oposicionistas, acorreram a Porto Alegre para discutir questões de interesse geral para o desenvolvimento e progresso do Estado. Segundo Ariosto Pinto, o referido Congresso consistia em estudar "assuntos de indiscutível relevância e de palpitante interesse comunal, como os que versam sobre o ensino primário e profissional, assistência social, saúde e segurança públicas, agricultura e pecuária, rios e águas correntes, administração, viação, etc". (*A Federação*, 12/11/1928:1)

O Congresso, realizado no mês de julho de 1929, foi muito elogiado e noticiado pela imprensa. Diariamente publicavam-se as atividades do Congresso e as principais discussões que haviam sido travadas entre intendentes e representantes do governo do Estado. Também fazia parte da programação diária visitas a prédios públicos ou a obras realizadas pelo governo do Estado ou pela intendência da Capital. Dessa forma, fazia-se a propaganda e a divulgação das benfeitorias realizadas pelos governos republicanos, contribuindo para reforçar a imagem de que o governo Vargas era, realmente, realizador e empreendedor.

A realização do Congresso das Municipalidades foi, pode-se dizer, um primeiro passo no sentido da formação da Frente Única Gaúcha (FUG). A partir do evento, as relações entre Libertadores e Republicanos passaram a ser mais amistosas e tolerantes, embora ainda houvesse divergências políticas significativas entre governistas e assististas. *A Federação* passará a enfatizar dois aspectos essenciais: a harmonia entre as facções políticas gaúchas, apesar dos desentendimentos do passado; e a figura consolidadora e exemplar de Getúlio Vargas.

Os federalistas, em contrapartida, não são unânimes no apoio ao governo Vargas. Se grande número deles, sob a liderança de Assis Brasil, apoiou Vargas e participou da Frente Única Gaúcha, outro grupo, representado por Fanfa Ribas, manteve-se na oposição. Negando qualquer tipo de apoio direto ou de aliança com os republicanos, ao contrário do que diz o jornal *A Federação*, assim se pronuncia Fanfa Ribas:

"Não. Negro não pactua com branco para glorificar os brancos e humilhar os negros. O federalismo escravizado pode confraternizar com o adversário de ontem, enrolando temporariamente a ban-

deira do ideal parlamentarista, com o objetivo santo de libertar o Rio Grande da garra de seus algozes, mas confraternizar com estes, entrar em combinação com o seu implacável inimigo de todos os tempos, queimar o incenso positivista junto ao altar em que o Sr. Borges de Medeiros e o Sr. Getúlio Vargas oficiam paramentados de verde, isso, não, nunca! (*Correio do Sul*, 25/06/1929:1)

Em discurso no Congresso das Municipalidades, novamente enfatizando a união com a oposição, Oswaldo Aranha afirma que "Nada nos divide nem separa nesta Assembléia. O momento impõe deveres comuns, invioláveis para todos os bons riograndenses". (A Federação, 15/07/1929:3)

Através da fala de Aranha, podemos perceber, mais uma vez, o desejo conciliatório do governo, desejo de agradar a "gregos e troianos", procurando esquecer todas as divergências passadas. Isso fica expresso, também, na afirmação de Oswaldo Aranha "nada nos divide nesta Assembléia", como se todos comungassem objetivos e concepções políticas idênticas. Sabemos, porém, que os próprios federalistas estavam divididos a respeito do apoio, ou não, ao governo Vargas. Fanfa Ribas, de forma veemente, refuta a Frente Única. Diz ele: "Não! A Frente Única é uma mentira, é uma hipótese absurda, é um impossível! Dentro dos nossos peitos ruge o ódio de quase meio século de escravidão". (*Correio do Sul*, 25/06/1929:1)

A conciliação política foi o grande ideal do Congresso das Municipalidades. A construção do mito Vargas passa, necessariamente, por esse evento. A partir do Congresso, como já foi dito, dá-se o primeiro passo para a formação da Frente Única Gaúcha (FUG), que vai sustentar a candidatura de Vargas à Presidência da República, como candidato de oposição ao Catete.

Podemos concluir que a "geração de 1907" não representa, de forma integral, uma continuidade político-administrativa ao Castilhisismo-Borgismo. Por outro lado, é inegável que o governo de Vargas representou a manutenção da hegemonia política do PRR sobre o Rio Grande, mesmo que com novas concepções administrativas e adotando um relacionamento mais tolerante em relação aos tradicionais adversários. A atuação política de Vargas, assim como a dos demais membros de sua geração, só pode ser entendida e analisada a partir do conturbado contexto gaúcho da República Velha, onde estes iniciarão suas carreiras político-partidárias.

BIBLIOGRAFIA

- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Rio de Janeiro: Globo, 1985.
- FONSECA, Pedro César. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FONTOURA, João Neves da. *Memórias – Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- LIMA, Valentina da Rocha (org.). *Getúlio – uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.
- . *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

JORNAIS

- Correio do Sul*, Bagé, 1926-1930.
- A Federação*, Porto Alegre, 1926-1930.